

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 022/2023
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

RELATÓRIO

De autoria do Prefeito, o Projeto de Lei nº 022/2023, *“Reestrutura o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências”*.

Após publicada, a matéria foi distribuída a essas comissões, para manifestar-se de forma conjunta, via parecer único, em atendimento ao disposto no artigo 83 do Regimento Interno, por tramitar em Regime de Urgência, a pedido do Prefeito Municipal.

É sucintamente, o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Em sede preliminar, reconheço estarem presentes todos os requisitos intrínsecos à apresentação da proposta, sobretudo aqueles pertinentes à competência, eis que o assunto envolve matéria de exclusivo trato por parte da municipalidade, a teor do que dispõe o art. 30, I, da Constituição Federal, por tratar de assunto de interesse local, e também quanto à iniciativa (legitimidade), posto tratar-se de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito Municipal, por tratar de conselho municipal, pertence a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Conforme justificativa contida na Mensagem anexa ao Projeto de Lei, a proposta tem por objetivo alterar a composição do Conselho Municipal de Turismo, retirando de sua composição a participação de vereadores, como membros do Conselho.

Alega o Prefeito que “a participação de Vereadores no Conselho é inconstitucional, pois os conselhos municipais são organismos que compõem a estrutura do Poder Executivo. O princípio da independência de atuação dos dois órgãos do governo municipal impede que os membros da câmara de vereadores se vinculem ao chefe do Executivo municipal. Tal participação afronta o artigo 2º da Constituição Federal, que trata da separação e harmonia dos Poderes, bem como o artigo 5º da Constituição Estadual de São Paulo, que, na mesma esteira da Constituição Federal, classifica como poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, acrescentando em seu § 2º a vedação de que o cidadão investido na função de um dos Poderes exerça a de outro.

De fato, inclusive por diversas vezes a assessoria jurídica desta Câmara Municipal já havia advertido sobre a inconstitucionalidade de vereadores participarem como membro componentes de Conselho Municipais. Já há diversos julgados nesse sentido. Vejamos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 4.166/2018 DO MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO - REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL - VÍCIO FORMAL - VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO E INDEPENDÊNCIA ENTRE OS PODERES - REPRESENTAÇÃO ACOLHIDA. É inconstitucional Lei que ao criar Conselho Municipal de Transporte e Trânsito prevê a participação de representantes do Poder Legislativo e do Ministério Público Estadual, visto se tratar de órgão de atuação típica da Administração Pública, em clara ofensa ao princípio da harmonia e separação dos poderes. (Ação Direta Inconst 1.0000.18.080557- 4/000; Rel. Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes; Pub.: 08/03/2019).

Destarte, de fato é inconstitucional lei que prevê a participação de vereadores em Conselhos Municipais, integrantes da estrutura do Poder Executivo, motivo pelo qual a lei realmente precisa ser alterada.

Com a proposta o Conselho Municipal de Turismo será composto por 10 (dez) membros, conforme abaixo relacionado:

I - Representantes do Governo:

- a) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- b) Um representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte Lazer e Turismo;
- c) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- d) Um representante de Entidades Ambientais ligadas ao Governo Estadual;
- e) Um representante de Entidades Ambientais ligadas ao Governo Federal;

II- Representantes da sociedade civil:

a) Quatro representantes de setores organizados da sociedade, tais como, rede de Hotelaria, rede de Restaurante, rede bancária com representação no município; ONGS, com representatividade no município, e Associações de representatividade do comercio ou comunidades de interesse no setor turístico;

b) Um representante do grupo de Guias de Turismo do município.

CONCLUSÃO

Em face do exposto, voto pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 022/2023, e no mérito pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2023.


RONILDO SIQUEIRA DA CONCEIÇÃO

Relator